



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

Processo n.º 013/2017

**Assunto: RESPOSTA AO RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A.**

Trata-se da análise do recurso administrativo interposto tempestivamente pela EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, contra a decisão do Pregoeiro que considerou a empresa inabilitada, por estar impedida temporariamente no Estado do Rio Grande do Sul, no Pregão Presencial nº 011/2017, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica, para segurar a frota de veículos oficiais da Câmara Municipal de Jataí em todo o território nacional, com cobertura compreensiva com valor de mercado referenciado, e assistência 24 horas.

Após o encerramento da HABILITAÇÃO e tendo sido a empresa MAPFRE, considerada inabilitada pela pregoeira devido a uma sanção de impedimento temporário de participar de licitações e impedimento de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul, aberta a sessão para Intenção de Recurso, foi constatado pela pregoeira e equipe de apoio os seguintes fatos:

1. **A EMPRESA MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, motivou sua intenção de recurso em síntese nos seguintes termos: "Senhora Pregoeira, tendo em vista que de acordo com o item 2.2.3 do edital 011/2017, apenas empresas inidôneas estão impedidas de participar do certame, não sendo o caso da empresa Mapfre, uma vez que a sanção diz respeito somente ao órgão sancionador. Esgotado o Prazo Legal, esta Comissão verificou o registro do recurso não havendo registro de Contra Razões.





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

**2. DO RECURSO:** A Empresa Mapfre alega que de acordo com o item 2.2.3 do edital 11/2017, apenas empresas declaradas inidôneas estão impedidas de participar do certame, não sendo o caso da empresa Mapfre, uma vez que a sanção diz respeito somente ao órgão sancionador.

Atendidos os pressupostos legais de admissibilidade e tempestividade, esta pregoeira conhece do recurso e passa a julgá-lo, conforme exposto abaixo:

**3 DO DIREITO:** O recurso foi apresentado no prazo previsto nos termos do Decreto nº 5.450/2005.

3.1 O artigo 3º da Lei nº 8.666/93, assim dispõem:

*"Art. 3º, A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

3.2 O artigo 5º e Parágrafo Único do Decreto nº 5.450/2005, assim dispõem:

*"Art. 5º, A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade."*

3.3 O Parágrafo Único "As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação".(Griffo nosso)





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

**4 DA ANÁLISE:** Após análise dos documentos anexados ao processo e mediante parecer jurídico, consignamos o seguinte:

4.1 Em consulta ao site do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que a recorrente obteve o deferimento parcial do seu pedido de antecipação de tutela, apenas para que seja suspensa a sanção de impedimento temporário de participação em licitação e de contratar com o Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 6 meses, de acordo com documentos anexos ao parecer jurídico.

**5. DA DECISÃO:**

Logo, com fundamento no parecer jurídico, a Pregoeira e sua equipe resolvem ACATAR o recurso da recorrente citada, considerando a empresa **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, habilitada e declarada vencedora do certame.

Jataí, 26 de Dezembro de 2017

Juliana Paula Chaves Furquim

Pregoeira